

ENQUADRAMENTO DO TAITI NO CONTEXTO URBANO

DA CIDADE DA PRAIA

Existe na comunidade Praiseira um sentimento comum de que Taiti deve ser preservado como um Parque Verde natural. As razões desse sentir provêm da sua importância histórica, ambiental e urbana no contexto da cidade da Praia assim como no desejo dos praienses em humanizar a sua urbe natal. Sendo esta cidade parte de uma região subsariana, despida de vegetação, a sua importância no equilíbrio ambiental é crítica. Pela sua história, pelo seu valor ambiental, pela sua centralidade, dimensão e confrontação, Taiti deve ser visto como um elemento fulcral no quadro geral do desenvolvimento urbano da cidade da Praia.

No entanto, tanto o Taiti como outras áreas públicas na zona consolidada da cidade, encontra-se actualmente sob uma enorme pressão de ocupação com edifícios ditos de investimento, incluindo em áreas verdes naturais, que são espaços de qualidade insubstituíveis, com o beneplácito da passividade das autoridades competentes. Perante essa situação só resta à comunidade praiense de se posicionar frente ao seguinte o desafio:

- Pressionar as autoridades competentes a dotar a governação da cidade de todas as competências e normas de planificação e defender um desenvolvimento urbano em base racional de ocupação do solo, de qualidade de espaços, de protecção ambiental, de defesa de sítios de memória e dos lugares públicos e potencialmente públicos, ou

Deixar que certos compromissos das autoridades sem conhecimento público, desprovidos de pareceres técnicos competentes e multidisciplinares, que interesses míopes de vendedores de terreno urbano, e a falta de visão dos centros do poder se associem e venham diminuir potencialidades urbanas da capital do país.

Se a tendência de ocupação irracional do solo urbano e suas consequências não forem vigorosamente invertidas em curto prazo, será urgente pensar-se na construção de uma nova cidade e em moldes muito diferentes para servir de capital do país. Se alguém pensar que essas palavras são uma dramatização das condições existentes que veja a Praia das elevações de Eugénio Lima, Monte Babosa e de Achadinha Pires. A expansão da cidade em certas periferias está fora de qualquer controle organizado e o centro da cidade, área já consolidada, encontra-se sob uma forte pressão de ocupação, e nem as áreas verdes naturais se a escapam. Lembramos aqui que as cidades como tudo, são um corpo vivo e por isso nascem, crescem e se não se adaptarem racionalmente, morrem. Exemplos existem em toda a parte, inclusivamente em Cabo Verde. A história é temporal e também espacial.

Os egípcios da antiguidade, agradeciam a divindade o facto de lhes serem doados um país com um oásis no meio de um deserto, irrigado por um rio generosíssimo. Proporcionalmente, os praienses não foram menos afortunados. O centro histórico da cidade é um Plateau, que se tornou em acrópole, ladeado por dois oásis vibrantes, as várzeas de Taiti e Praia Negra, uma baía ladeada de uma praia de mar, um panorama invejoso, numa variedade estética de volumes, cheiros e cores, protegida pelos extensos planaltos de Achada de Santo António e de Achada Grande, que se erguem como guardiães naturais dessa pujante obra da natureza.

Os nossos antepassados e as autoridades coloniais de então, apesar duma vivência num contexto socioeconómico de poucos recursos, reconheceram a importância ambiental e estética da várzea do Taiti, e nos fins do século XIX, infra-estruturaram-na e a adoptaram como o Jardim Botânico da Cidade da Praia.

O espaço do Taiti é a área mais carregada de história em Cabo Verde: as aguadas à navegação (Séculos XV a XVIII); o encontro do Século XV entre o grande almirante e navegador judeu Gaspar da Gama e Américo Vespúcio em Junho de 1501; a aclimatização das espécies vegetais do Continente, das Américas e da Índia para Europa e vice-versa (entre as quais a batata inglesa, que mataria a fome aos Europeus); a Companhia Grão-Pará e Maranhão; a prisão e embarque dos nossos líderes e Mártires da Pátria mandados degolarem em Lisboa pelo Marquês de Pombal em 1774, cujas cabeças degoladas foram trazidas e expostas à população nesse local; o amor de Maria, Luísa e João; a revolta de Fonte Ana de 1834; a concentração de logística dos socorros humanitários dos Santiaguenses aos Foguenses, Santantonenses, Sãovicentinos e Sãonicolauenses, sucessivamente fugidos das epidemias das febres amarela e cóleras, acolhidas e tratados no Ilhéu de Santa Maria na segunda metade do Século XIX; desastre de Assistência na fome 1947-1948. Foi no espaço de Taiti que a Independência Nacional de Cabo Verde foi proclamada no dia 5 de Julho de 1975.

A história do Taiti eleva Cabo Verde como parte duma rede de desenvolvimento internacional, sem paralelo com nenhum outro espaço nacional e integra-o no processo das grandes descobertas de continentes iniciadas no século XV. A defesa dos lugares de memória é a primeira obrigação das autoridades de um país.

Cinco anos após a Independência Nacional, a zona este do Taiti foi escolhida como sítio para um projecto público de carácter cultural e recreativo, sob o nome de Parque 5 de Julho; e três anos mais tarde, após um debate institucional e técnico, sob os auspícios do então Primeiro-ministro, a nossa proposta, a primeira como arquitecto em Cabo Verde, foi de que a área Oeste do Taiti, fosse indicada como o sítio de edificação do Memorial Amílcar Cabral, para comemorar a vida e obra do pai da Independência de Cabo Verde e proporcionar um espaço verde e cívico à cidade da Praia. Essa proposta venceu. A proposta anterior à nossa, indicava o Ilhéu Santa Maria como o local para uma estátua de Amílcar Cabral. Fui então nomeado pelo Primeiro-ministro como responsável desse Projecto.

Por motivos políticos que me levaram a afastar do Ministério das Obras Públicas, não pude iniciar o desenvolvimento desse projecto. Óscar Niemeyer, o prestigiado arquitecto brasileiro, cuja equipa, foi dado a escolher um sítio ideal para esse monumento na cidade da Praia, acabou por confirmar o local que eu tinha seleccionado.

As nações pós-coloniais têm uma pesada tarefa de representação para exprimir a identidade nacional que afirma simultaneamente a independência e a modernidade. Essa necessidade de afirmação, levou a maioria desses países a se servirem de arquitectura, do urbanismo e da arte em geral, para atingir esses objectivos. A construção da cidade de Brasília é o caso mais espectacular e a melhor estudada de todas essas representações.

Em Cabo Verde, não houve sofisticação similar e oportunidades soberanas têm sido sistematicamente perdidas por falta de visão e sobretudo de concertação institucional que necessariamente deveria incluir pelo menos as classes dos arquitectos, dos urbanistas e dos ambientalistas e historiadores.

Os monumentos são inquestionavelmente reconhecidos como lugares públicos de história, os mais visitados das estruturas físicas, apesar da chamada de atenção do historiador francês Pierre Nora, quem argumenta que os lugares de memória fazem-nos menos vigilantes e podem levar-nos ao esquecimento e complacência do que se pretende eternizar. As nações como Anderson, Bhabha, Sommer e outros nos recordam, “são construídas e interligadas por meios imaginativos narrativos e simbólicos”ⁱⁱ.

O memorial Amílcar Cabral na várzea do Taiti é um poderoso símbolo da nação caboverdiana de luta e da vitória contra o colonialismo português. Quando se decidiu para construção do memorial em vez de uma simples estátua, pretendeu-se criar um espaço patriótico, de honra e amor, um ambiente nacional de meditação, um espaço público num jardim botânico. Como espaço de memória, é notório que a sua edificação realizada até o momento é incompleta e precisa ser finalizada para que possa responder às intenções dos respectivos termos de referência. Essa situação acabou por acontecer pela não inclusão de quadros técnicos que geraram as ideias fundamentais desse projecto.

Bedidict Anderson, diz que as nações modernas são comunidades imaginadas. Para que possam ser, com certeza, precisam ser representadas. Para ele o que distingue a nação de muitas outras comunidades imaginadas está precisamente na forma da transformação da fatalidade em continuidade, e de contingência em significado.

Paul Ricoeur's, formulou da seguinte forma o problema crucial que confronta as nações que recentemente saem do subdesenvolvimento: para se entrar na via da modernização será que é necessário abandonar o velho passado cultural que tem sido «raison d'être» da nação? Por outro lado,

será que deve basear-se no «chão» do seu passado, construir um sentimento nacional, e desfraldar esta reivindicação espiritual e cultural perante a personalidade colonialista? Mas para fazer parte de uma civilização moderna, é necessário ao mesmo tempo entrar num mundo da racionalidade científica, técnica e política. Este é o paradoxo: como tornar-se moderno e voltar à fonte; como reviver uma civilização velha e dormente e fazer parte da civilização universal.

Esse paradoxo e essa dialéctica, estamos convencidos de que não se aplicam no caso do memorial Amílcar Cabral. A obra e o pensamento do pai da Independência de Cabo Verde, são parte da cultura e de lutas modernas que se integram perfeitamente na universalidade do mundo actual. A figura de Amílcar Cabral, não precisa de nenhum exagero. Ele é mundialmente conhecido como uma das figuras africanas mais proeminentes do século XX. A medalha de maior distinção para os actores da Hollywood afro-americano leva o nome de Amílcar Cabral. Mas sobretudo porque o memorial Amílcar Cabral é um espaço social da nação caboverdiana.

As recentes propostas arquitectónicas para a várzea do Taiti a serem materializadas serão uma das maiores agressões feitas à nossa capital o ponto de vista ambiental, de descontextualização funcional, de desrespeitoso ao valor histórico do sítio e perturbador de um enquadramento urbano racional. Tamanha agressividade só tem paralelo na ocupação da Praia Negra pela fábrica de cerveja Ceris .

De ponto de vista urbano a função da pretendida edificação não é contextual a de um parque verde natural e contribuiria para retirar à cidade da Praia o que mais precisa para o seu melhoramento: espaços abertos e áreas verdes. E aos praienses o sonho de ter Taiti como um parque verde, tipo Central Park em Nova York, à nossa dimensão. No Central Park não se construiu absolutamente nada que não fossem infra-estruturas de um parque verde, recreativo e de lazer num ambiente da mais alta competitividade em solo urbano. Será que somos menos de que os outros? Será que a liderança deste país não se apercebe do valor e da necessidade da qualidade de espaços públicos numa cidade?

- O grande problema da governação da cidade da Praia tem sido a incapacidade das autoridades de criarem novas centralidades urbanas que pudessem competir com o Plateau. Isso, tem conduzido a uma excessiva pressão sobre os espaços abertos à volta do centro histórico da cidade e de forma míope, os mesmos, têm sido considerados como zona de expansão do Plateau. A visão dessas autoridades é de densificar esses sítios com construção à semelhança do que fizeram do “Braku Txau” em Achadinha. Havendo novas centralidades como por exemplo nos espaços do circular rodoviária da Praia, pequenas cidades poderão ser aí projectadas. Um hotel pode ser localizado num espaço urbano decente e estruturado. Um parque verde natural não poderá nunca ser removido do seu local natural.
- Taiti é o único espaço da cidade da Praia coberto de uma vegetação natural, verdejante, com árvores de grande porte como tamareiras e coqueiros, apesar da devastação que tem sido objecto nos últimos cinco anos, para possibilitar a expansão do Sucupira, estacionamento de

camhões, venda de troncos de árvores para lenha, etc. E quem sabe se parte dessa devastação não é uma estratégia de justificação para implantação de edifícios urbanos?

- Mesmo que apareça como abandonado, essa situação é simplesmente temporária e não se constitui numa justificação para uma nova requalificação urbana, que seria despropositada. A catedral de Florença na idade média, na Itália, pelo facto de não ter havido uma solução de engenharia que pudesse cobrir a sua nave central, ela esteve aparentemente abandonada durante cento e cinquenta anos, sujeita a passagem de animais no seu interior até que o génio do Leonardo da Vinci levou a solução através da cúpula em abóbada. Também nós, os Caboverdianos, podemos hoje estar desprovidos de meios mas isso não obsta que amanhã o possamos conseguir para fazer do Taiti a menina dos nossos olhos.
- O seu subsolo que é rico em recursos hídricos, abastecia a cidade da Praia num passado não muito longínquo, através das fontes de Fonte Ana e Pacheco (Petxeku). Essa abundância natural tem a potencialidade de reequilibrar o aspecto desértico que caracteriza a paisagem local e de humanizar o panorama da cidade, funcionando como pulmão verde e espaço de qualidade da cidade.
- Taiti possui uma morfologia de canal de drenagem lenta, contribuindo de forma significativa no índice de infiltração e de sustentabilidade de uma biodiversidade importante e de sustentação de um património paisagístico e facilitador do escoamento da zona sul de Santiago. Tem uma estrutura geodinâmica frágil pouco propícia à edificação urbana, sem se adicionar o facto de se situar num país de actividades sísmicas. Por razões geológicas, morfológicas e de sustentabilidade, desaconselha-se construções urbanas na sua superfície.
- Por ser uma várzea e portanto um terreno alagadiço e húmido, segundo o artigo 26º do Regulamento Geral da Construção e Habitação Urbana de 31 de Dezembro de 1988, nenhuma edificação poderá ser aí construída, salvo quando previsto em plano urbanístico detalhado e aprovado, para além doutros condicionantes. Não existe nenhum plano urbanístico detalhado para essa área do Taiti.
- O artigo 31º do mesmo Regulamento, nas zonas de protecção de monumentos nacionais, o órgão municipal competente não pode autorizar qualquer obra de construção sem prévia aprovação do organismo de Estado responsável pela preservação do património edificado. E num estado de direito a comunidade terá que ser ouvida em sessões públicas devidamente publicitadas.
- A centralidade do parque verde natural do Taiti, no contexto da cidade da Praia, é de suma importância na interligação e estruturação urbanística com os bairros da cidade, com os quais confina inclusive com o centro da cidade, Fazenda, Achadinha, Várzea, Achada de Santo

António. Essa centralidade do Taiti, acrescida à potencialidades em se converter num parque verde recreativo, numa cidade onde não existem praticamente jardins nem áreas de lazer, confere-o uma importância extraordinária como um espaço urbano insubstituível de ponto de vista funcional e ambiental da cidade da Praia.

- As construções pretendidas para o Taiti não se contextualizam com a função de um parque verde, não tem carácter público e subtrairia à cidade um espaço verde insubstituível num local fulcral da malha urbana. Enquanto essas pretendidas construções poderiam ser realizadas em outros sítios, mas nunca o parque verde do Taiti, impossível de ser reconstituído em outro local da Cidade. É sobretudo por isso que em nenhum país organizado se constroem obras de carácter privadas em parques naturais e verdes.
- A função, volumetria e proximidade da construção pretendida, relativamente ao memorial Amílcar Cabral, iriam esmagar a importância de um monumento histórico principal da cidade capital do país. O memorial Amílcar Cabral não foi concebido como uma obra para ficar escondida e nem abafada. Antes pelo contrário. E para que essa visibilidade se efective a mesma deve ser articulada por um eixo pedonal que permite sua observação por pessoas que se aproximam em sua direcção. E esse eixo de aproximação, para que tenha um valor intencional de qualidade só poderá ser realizado no eixo este-oeste a partir do centro do Taiti. A inserção do tal edifício nesse lote eliminaria essa possibilidade e colocava o memorial à margem do parque verde do Taiti, da sua história e da sua pujança urbanística, no contexto para o qual foi concebido. A acontecer semelhante implantação o memorial Amílcar Cabral isolar-se-ia e assim desvanecia o seu simbolismo.
- O auditório e a biblioteca nacionais são partes integrantes do memorial Amílcar Cabral. O auditório precisa de quatrocentos espaços de estacionamento de veículos. Portanto, há necessidades de áreas para o funcionamento normal do complexo que excluem qualquer tipo de construção sem funções complementares ao memorial.
- O tráfego já caótico no meio da cidade iria ser seguramente exacerbado por um aumento de número de veículos que viriam com a tal construção.
- A Praia, que é habitada por mais de 120.000 habitantes é praticamente desprovida de espaços públicos. A cidade não possui nenhum parque infantil. Não existem espaços abertos para actividades recreativas múltiplas dos jovens. Os idosos da cidade sentem-se ameaçados com o volume e a desorganização do tráfego automobilístico e não dispõem de espaços de lazer, de confraternização e de exercícios. O deficit de espaços verdes é de tal ordem que se deve mobilizar tudo o que existe nesse capítulo para ser conservado e dado uma utilidade pública. E daí, a necessidade imperiosa de conservação de toda a área do Taiti para ajudar a colmatar parte desse deficit. Taiti, devidamente planificado irá permitir a criação de um jardim público e

verde, com lagos artificiais, com cisnes e pelicanos, áreas de jogging, de prática desportiva, de sombra e pick-niques, de jardim infantil e áreas referenciadas sobre o seu valor histórico, que serão pequenos museus.

- Com a preservação do parque verde do Taiti, também devolveremos o símbolo de Amílcar Cabral à história e ao ambiente verde que pelo qual batalhou profissionalmente.

A qualidade de vida dos munícipes está à frente de tudo o que se deve fazer em qualquer cidade. Só haverá investimentos sérios e estruturantes se uma cidade não for uma bagunça e se tiver lugares públicos aprazíveis com segurança e estética. Nenhum turista moderno e informado, visita lugares onde se sacrificam questões ambientais, haja áreas de criminalidade, e se constroem cidades de betões.

Os fenómenos sociais de delinquência que se afloraram nos nossos bairros não estarão alheios à desorganização urbana e ao deficit de espaços públicos. Paulatinamente, a cidade da Praia tem perdido áreas abertas e os espaços públicos que possuía em todos os bairros. Daí a necessidade de estancarmos essa hemorragia.

Recuos de significado histórico inadmissíveis aconteceram já nessa área do Taiti. O sítio do Desastre de Assistência que assume um significado de um trauma nacional e que simboliza as fomes cíclicas em que foi votado o povo de Cabo Verde no tempo colonial, e que contribuiu para a mobilização de muitos nacionalistas para a luta contra o colonialismo português tem um significado ímpar na nossa história. O edifício do Cabo Verde Telecom, que poderia ser construído em qualquer outro bairro, foi ocupar esse sítio de memória. Ainda não satisfeitos com isso, a rua adjacente que se dava pelo nome da Rua do Desastre de Assistência foi mudado pela rua da Cabo Verde Telecom. Será que se deve aceitar estas incursões em áreas sensíveis da história de Cabo Verde e que se apaguem essas memórias a fim de se estabelecer uma amnésia geral que incomoda a certos? O espaço verde e histórico do Taiti apesar do facto de não ter sido objecto de um plano urbanístico específico não poderá ficar à mercê de quem dá mais.

Não é nossa intenção por em causa o desenvolvimento do turismo, pois é uma das poucas vantagens comparativas de que beneficia o país. Entretanto, é sabido que a venda de terrenos a estrangeiros para fazer turismo é desnecessário, inapropriado e ilegal em países centenas de vezes maiores que Cabo Verde.

Numa perspectiva de se salvaguardar um desenvolvimento urbano, minimamente aceitável, a cidade da Praia terá que rapidamente definir os espaços públicos, através dos planos urbanos e sobretudo dos planos detalhados, para que possam ser defendidos como tais. Em países organizados, os espaços verdes, as orlas marítimas e as extremidades das falésias do ponto de vista da ciência urbana são consideradas públicas. Todos os bairros devem ser dotados de jardins e outras áreas verdes. Esses é

que serão por excelência os espaços de convivência social e de democracia com profundas repercussões na mente dos cidadãos.

A racionalidade da organização dos processos urbanísticos, estabelecem uma hierarquia de intervenção para que os interesses públicos sejam salvaguardados em primeiro lugar. São os planos urbanísticos aprovados pelos municípios, depois de consulta pública que deverão dar início a um desenvolvimento de qualquer parcela territorial. No entanto assiste-se, que na ausência de planos, como o presente caso do Taiti nos mostra, iniciativas provenientes de investidores impuseram-se de forma unilateral, sem que haja a salvaguarda dos interesses públicos e assim pretendem ser casos factuais.

A democracia não foi instituída para funcionar unicamente nos dias de votação. Aqui nos deparamos que no seu intervalo está-se a mercê de decisões não suficientemente socializadas quanto mais sufragadas e que nos são impostas pelas autoridades.

Há uma tendência nefasta na ocupação do solo urbano na cidade da Praia que é preciso inverter-se. Trata-se de intervenções urbanísticas no centro da cidade já construído e consolidado que tem destruído os espaços abertos e verdes particularmente nas várzeas do Taiti e da Praia Negra. A parte oeste do Taiti, o da Chã d' Areia até ao Estádio da Várzea foi totalmente ocupada, sufocando a artéria principal da cidade, Avenida Cidade de Lisboa, subtraindo um potencial parque verde natural e bloqueando uma das melhores vistas panorâmicas da baía da Praia inclusive ao Palácio do Governo. Basta que se compare o número de pessoas que irão ocupar esses apartamentos e escritórios e que por consequência irão beneficiar dessa vista com os que ficaram privadas dela, não somente os moradores a norte da Avenida Cidade de Lisboa, mas os dezenas de milhares de transeuntes que diariamente circulam da rotunda da Terra Branca via Chã de Areia. Essa ocupação irracional, porque feita à custa de destruição de parques verdes potenciais e de panoramas naturais, contribuem para uma densificação do tráfego, numa cidade com deficit enormes em vias e parques de estacionamento.

É sabido que o município da Praia não é proprietário de todos os terrenos dentro dos limites territoriais sob a sua alçada, mas porém é autoridade que aprova todas as edificações urbanas dentro do respectivo perímetro. Entretanto, a câmara tem-se confrontada e cedida em proposta, outras cujos processos se iniciaram com a edilidade anterior, porque não tem assumido iniciativa de confrontar essas heranças e de colocar-se como órgão de planificação urbana, como o primeiro proponente de organização de espaços urbanos. A continuar esta tendência, o que se iniciou em Quebra Canela junto à ribeira do Palmarejo poderá ser simplesmente uma ponta do iceberg. Os cidadãos precisam ser informados atempadamente de todo os empreendimentos de envergadura propostos para a cidade para que possa opinar atempadamente sobre os mesmos. Assim exigem as regras de democracia.

Sabido de que existe uma enorme disparidade entre os desafios urbanísticos e os recursos disponíveis à essa câmara, e em vez de uma sintonia governo-câmara, para defesa intransigente dos interesses

públicos, nota-se a falta de diálogo cooperativo e ausência de disponibilização de meios financeiros adequados para que a câmara possa exercer uma liderança de qualidade.

A cidade da Praia conta com dezenas de arquitectos, urbanistas e ambientalistas que se encontram organizados em instituições de carácter públicas, tendo como um dos objectivos participar juntamente com as autoridades estatais, municipais e outras associações de carácter civil, na defesa da qualidade dos espaços urbanos. É absolutamente necessária que se aproveite dessa sinergia potencial à volta das grandes decisões para o desenvolvimento da cidade.

Como resolver interesses competitivos e às vezes antagónicos (comercial versus contemplação, multinacional versus capital nacional, negócios versus residências, e sobretudo privados versus públicos) é finalmente o que irá definir a qualidade de governação e o estatuto de desenvolvimento que o país possui. Uma verdade actual inegável é que os países mais democráticos e desenvolvidos, são os que melhor defendem o interesse público dos seus cidadãos. A democracia na área de desenvolvimento urbano terá que ser mais ágil sob o perigo de ver o seu papel diminuir significativamente.

Independentemente da necessidade urgente de uma clara definição de ocupação e de desenvolvimento de solo urbano da capital do país, estamos certos de um facto. Somos afortunados pelo facto de que o Taiti ainda existe e por termos um memorial de Amílcar Cabral para grandeza do nosso país, como parte da nossa herança nacional.



Pedro Martins
Arquitecto
Praia, 10/08/2009

ⁱ Pierre Nora «Entre a Memória e a História»

ⁱⁱ Benedict Anderson «Comunidades Imaginadas», Bhabha «Nações e Narrativas», Sommer «Fundação das Ficções».